

Projecto de Resolução n.º 559/XV/1.<sup>a</sup>

Pela dinamização do programa Vale Eficiência, com vista ao combate à pobreza energética

Exposição de Motivos

O Programa Vale Eficiência que foi lançado, em setembro de 2021, pelo Fundo Ambiental, tem orçamentado 162 milhões de euros provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência e define como meta beneficiar cem mil famílias até 2025. Este programa tem por objetivo financiar a aquisição de serviços, materiais e equipamentos que permitam e garantam um adequado desempenho energético nas habitações das famílias portuguesas em situação de vulnerabilidade económica e de relevante carência energética. Contudo, os dados de execução do programa demonstram que ficou muito aquém dos objetivos. Segundo noticiado<sup>1</sup>, o relatório de 2022 da Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA-PRR), é possível concluir que a taxa de execução deste programa ronda os parcos 11%, com praticamente 18 mil candidaturas submetidas, 11 mil vales atribuídos e 5 mil utilizados. Estes dados deixam evidente que, se se continuar no mesmo ritmo, os objetivos propostos para 2025 poderão não vir a ser cumpridos.

Face ao revelado insucesso do programa torna-se premente reformular a abrangência de acesso ao Vale Eficiência uma vez que, segundo dados do EUROSTAT<sup>2</sup>, cerca de um quinto da população portuguesa vive em habitações com problemas relacionados com o comportamento térmico passivo. Significa isto que as suas habitações são incapazes de manter adequadas temperaturas de conforto, que consequentemente levam a que Portugal registe taxas de mortalidade no inverno muito elevadas.

Mais se pode concluir, segundo os dados da própria proposta da Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2022-2050, que entre 1,2 e 2,3

---

<sup>1</sup> [Programa de combate à pobreza energética "muito aquém" das metas \(dinheirovivo.pt\)](https://www.dinheirovivo.pt)

<sup>2</sup> [Can you afford to heat your home? - Products Eurostat News - Eurostat \(europa.eu\)](https://www.eurostat.europa.eu)

milhões de portugueses vivem em situação de pobreza moderada e 660 e 740 mil encontram-se mesmo em situação de pobreza energética severa<sup>3</sup>.

Cerca de metade dos certificados energéticos emitidos entre 2014 e 2020 são de classe D ou inferior, segundo dados da ADENE - Agência para a Energia, o que revela que a pobreza energética em Portugal não se cinge unicamente a fatores económicos, isto é, não afeta apenas as famílias que beneficiam de Tarifa Social de Energia<sup>4</sup>.

Em suma, a pobreza energética, no que concerne à sua origem, não é meramente um problema sócio-económico mas também estrutural. Isto é, por um lado as tarifas sociais são importantes para o alívio imediato das famílias, mas acabam por ser as medidas estruturais, nomeadamente as renovações das habitações que mitigam a longo prazo a pobreza energética. Contudo, estas renovações estão associadas a avultados investimentos, pelo que o valor proposto no Programa é evidentemente insuficiente.

A este respeito importa mencionar o programa de combate à pobreza energética levado a cabo pelo Município de Braga, cujo valor do voucher a atribuir por casa é de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros)<sup>5</sup>, o que demonstra ser mais adequado.

São ainda observadas mais lacunas no Programa Vale Eficiência, desde logo a não participação de uma avaliação energética das habitações, o que poderia levar a um investimento mais preciso e a criar uma lista de prioridades, tendo em conta as necessidades. Como o próprio Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) recomenda<sup>6</sup>, é fundamental seguir-se uma estratégia que seja implementada de forma consistente, coerente e eficaz, afirmando inclusivamente acerca das medidas tomadas até então “a inexistência de uma estrutura, de uma

---

<sup>3</sup>[https://www.consultalex.gov.pt/Portal\\_Consultas\\_Publicas\\_UI/DetalleConsultaPublica.aspx?Consulta\\_Id=280](https://www.consultalex.gov.pt/Portal_Consultas_Publicas_UI/DetalleConsultaPublica.aspx?Consulta_Id=280)

<sup>4</sup> A TSE (tarifa social de energia) é um apoio social que consiste num desconto na tarifa de acesso às redes de eletricidade em baixa tensão e/ou de gás natural em baixa pressão, que compõe o preço final faturado ao cliente de eletricidade e/ou de gás natural. Sendo que a lista de beneficiários é elaborada pela DGEG com base nos dados de clientes finais recebidos dos agentes do setor após verificação das condições de elegibilidade dos clientes junto da Autoridade Tributária e Aduaneira e da Segurança Social.

<sup>5</sup> [Braga vai dar 2500 euros por casa para combater pobreza energética | Energia | PÚBLICO \(publico.pt\)](#)

<sup>6</sup> [http://www.cnads.pt/images/documentos/2023\\_pobreza-energetica.pdf](http://www.cnads.pt/images/documentos/2023_pobreza-energetica.pdf)

definição concreta dos sujeitos responsáveis e da necessária compatibilização com planos, estratégias ou roteiros já aprovados a nível nacional e local e têm impedido o real alcance que se pretende atribuir a estas medidas”.

Uma medida importante a implementar, na persecução de uma avaliação eficaz das habitações mais necessitadas de intervenções de renovação energética, passa justamente pela criação de “conselheiros” que assumem a função de “mediador”, e que a nível municipal aconselhem as populações relativamente às melhorias do foro energética que precisam e quanto aos apoios disponíveis, desta forma promovendo também a literacia ambiental e energética.

No fundo, e tal como é evidenciado no parecer do CNADS, é fundamental que o Programa Vale Eficiência seja integrado num rol de mecanismos mais abrangentes, assim como a sua implementação comporte uma acção mais comunicativa junto dos destinatários. Pois, segundo um estudo realizado pela Lisboa E-Nova, Agência de Energia e Ambiente de Lisboa e a AdEPorto, Agência de Energia do Porto<sup>7</sup>, em Lisboa, “Cerca de 22% dos participantes residentes em Lisboa revela que não se sente informado acerca dos temas da energia e conforto térmico, e cerca de 52% dos participantes afirma desconhecer a existência de fundos relacionados com eficiência energética nas habitações”, sendo que 94% afirma desconhecer a existência de fundos para renovação de habitações. Por sua vez, na cidade do Porto, “Cerca de 29% dos participantes residentes em Lisboa revela que não se sente informado acerca dos temas da energia e conforto térmico, e cerca de 51% dos participantes afirma desconhecer a existência de fundos relacionados com eficiência energética nas habitações”, e 51% desconhece a existência de fundos para renovação de habitações.

Pelo citado, demonstra-se a urgência em existir uma adaptação do Programa Vale Eficiência a medidas de maior eficácia. Esta reformulação, deve passar desde logo pela alteração, simplificação e clarificação dos processos de candidatura, pelo aumento do

---

<sup>7</sup> <https://pobrezaenergetica.pt>

valor destinado nos vales e a sua acumulação ou mesmo pela criação de “conselheiros/mediadores” que trabalham diretamente com os municípios.

Assim ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA, recomendam ao Governo que:

1. Os vales devem ter um valor mínimo de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) e a sua atribuição não deve estar limitada a apenas 1 vale;
2. Proceda à alteração, simplificação e clarificação dos processos de candidatura, desde logo a não obrigação a que a candidatura seja apresentada exclusivamente online;
3. Abertura do Programa Vale Eficiência aos arrendatários, desde que assegurados também os direitos dos senhorios;
4. Criação de uma rede de conselheiros/mediadores que juntos dos municípios assegurem um aconselhamento às populações com vista a aumentar os níveis de literacia ambiental e energética e tornar mais eficiente o processo de atribuição de apoio;
5. Criação de uma rede específica de monitorização das intervenções realizadas ao abrigo do Programa, reforçando a transparência da implementação do mesmo, e que permita assim uma recolha de dados efetiva que avalie a evolução das medidas e recomendações aplicadas;
6. Campanha nacional de divulgação do Programa Vale Eficiência e de promoção da literacia ambiental e energética.

Palácio de São Bento, 21 de Março de 2023

Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá  
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias -  
Rui Afonso - Rui Paulo Sousa